

Democracia e reforma agrária

PAULO NUNES AUGUSTO DE FIGUEIREDO

Consultor-Geral do Senado Federal

SUMARIO

1. Preliminares — 2. Política e economia — 3. Na democracia a economia é controlada — 4. O jogo econômico se desenrola no campo político — 5. As realidades nacionais — seu condicionamento e suas projeções econômicas — 6. O camponês, esse esquecido — 7. A meta-homem não pode ser alcançada pelos Estados liberal e totalitário — 8. Política e tecnologia — 9. Os estrangeiros estão aí — 10. Reforma maior: a dos espíritos — 11. Posição da Igreja Católica — 12. A reforma agrária não pode esperar — 13. Democracia não cai do céu.

1. PRELIMINARES

O relacionamento entre a democracia e a estrutura agrária do País, eis o tema, complexo e difícil, que nos propomos abordar neste pequeno ensaio.

Para bem equacionar o problema, teremos, é claro, antes de tudo, de esclarecer qual o nosso conceito de democracia e o que entendemos por "reforma agrária".

É que o vocábulo democracia vem se prestando a interpretações as mais diferentes, e, no tocante à estrutura rural da nação, a sua aviação está, necessariamente, na dependência do ponto de vista político-ideológico de cada um.

Um "direitista" terá uma compreensão de democracia e de economia política diversa da do "esquerdista", e ambos divergirão, por certo, dos homens "do centro".

Do mesmo modo, as apreciações de um cristão ou de um arcu, de um espiritualista ou de um materialista, de um crente no livre arbitrio e de um determinista, sobre esses temas, forçosamente apresentarão variações e divergências profundas.

Dentro dessa compreensão das coisas, urge, preliminarmente, deixar bem assentado que a democracia com que sonhamos, e que julgamos a verdadeira, é uma democracia integral, abrangendo todos os aspectos de existência coletiva.

Não aceitaríamos nunca, por isso, falar em “democracia econômica”, ou “democracia social”, ou “democracia política”, ou “democracia racial”, pois, para nós, o econômico, o social, o político e o étnico são elementos que estão devidamente englobados, interligados, dinamizados e dirigidos em uma democracia autêntica.

De outro lado, ao visualizarmos a questão da chamada “reforma agrária”, jamais poderemos restringir-nos ao problema da distribuição de terras aos camponeses; vamos mais longe, enfocamos todo o processo econômico rural, incluindo suas repercussões sociais e políticas.

Somos dos que vêem o conhecimento como um todo, as diversas ciências se integrando num conjunto cujo ponto mais alto, a filosofia, há de dar os fins últimos a perseguir.

Assim entendendo as coisas, havemos de dar à Ciência Política o lugar mais elevado na hierarquia das ciências sociais, partindo, naturalmente, de um conceito aristotélico da Política, isto é, considerando esta como a Ciência do Estado e, por isso mesmo, abarcando, como entidade supervisora, as demais ciências sociais.

A Política tem, no entanto, um conteúdo ético, e é teleológica. Está, portanto, vinculada a uma filosofia, a que serve, pois ela, a filosofia, é que — visão do homem e do universo — traça as metas a atingir.

Partindo dessas premissas, poderemos, então, dizer que democracia é aquela ambiência política dentro da qual o homem pode aspirar à sua plena realização, como indivíduo e como um ser social.

Isso implica a presunção de que a democracia possibilita a todos os homens igualdade de oportunidades, ao mesmo tempo que respeita a sua pessoa que, para afirmar-se, exige um clima de liberdade.

Igualdade e liberdade são, pois, os dois pilares da democracia.

O homem livre em seus movimentos, através dos quais busca a sua realização, e dispondo de condições para conseguí-la, isto o que procura, em síntese, a democracia.

2. POLITICA E ECONOMIA

Já aqui se patenteia a vinculação necessária entre política e economia, para efeito da estruturação da sociedade, ambiente natural do homem, onde ele surge, cresce, se conquista, se define e se realiza.

Se a Política é, efetivamente, a Ciência do Estado, e se o Estado é a organização coletiva de existência, mediante a qual as nações cumprem o seu destino histórico, então a Economia se coloca como um fator importante na busca desse *desideratum*.

Porque economia é produção, é circulação, é consumo de bens, sem os quais não se vive. É riqueza. E da boa disciplinação dessa riqueza depende, grandemente, o bom funcionamento da sociedade.

Marcel Prélot (1) assim evidenciou as repercussões da economia na formação do Estado:

“As influências econômicas são particularmente ativas. Para alguns, são justamente elas que dirigem o espírito e a forma dos regimes políticos. A economia é a estrutura profunda, a infra-estrutura, ao passo que as instituições políticas constituem apenas a superestrutura em dependência direta da primeira. A teoria marxista faz da sociedade feudal e da sociedade burguesa a resultante de uma economia, ela própria dependente de determinado instrumental. Nisso ainda há muito de exagero, de sistematização *a priori*. Todavia, é incontestável a correlação entre determinadas estruturas econômicas e determinadas forças políticas. As afinidades, em especial, são nitidamente perceptíveis entre o regime parlamentar clássico e a economia liberal. A crise dessa teve como consequência a decadência daquele.”

Todos reconhecem, realmente, que a doutrina liberal clássica entrosou-se perfeitamente com o sistema econômico lastreado no princípio do “deixa fazer”, “deixa passar”. O Estado liberal, em respeito a um falso conceito de liberdade, assistiu, estático, ao “peixe grande” devorar “o peixe pequeno”, com isso implantando-se uma sociedade desumana, porque dividida em exploradores e explorados.

O “homem livre”, para o liberalismo tradicional, foi entregue à própria sorte. Confiou-se no seu arbítrio, mas esqueceu-se que a vontade do homem, para valer, precisa dispor de efetivas condições de exercitação. Só pode querer quem tem meios de poder querer. Não dando ao homem um suporte de sustentação para a sua vontade, o liberalismo deixou-o perdido e desorientado. O resultado disso foi a escravização do homem pelo homem, nesse regime que, proclamando-se liberal-democrata, só foi liberal para os afortunados e só foi democrático no apelido.

Conquanto a Política abarque as demais ciências e delas se sirva na obra da organização, pelo Estado, da vida em comum dos povos, ela sofre, também, influências de todas elas. Por isso, certamente, a atividade política, por força de movimentos de fluxos e refluxos, não apenas se expande sobre as outras atividades, mas o faz com elas, e delas, igualmente, recebe impactos.

No que tange à Economia, são notórias as suas relações com a Política: são, elas, duas entidades inseparáveis, transmitindo-se, reciprocamente, erros e acertos, defeitos e qualidades: “A Economia e a Política” — ensina Spengler (2) “são aspectos de uma e mesma existência viva, fluente, e não aspectos da consciência vigilante do espírito. A vida tem, portanto, um modo político e um modo econômico de *estar em forma*. Esses dois modos podem sobrepujar-se,

(1) MARCEL PRÉLOT — *A Ciência Política* — trad. de Jonas Negalha — Difusão Européia do Livro — São Paulo, 1964.

(2) OSWALD SPENGLER — *A Decadência do Ocidente* — trad. de Hebert Caro-Zahar Editores — Rio, 1964.

4. O JOGO ECONÔMICO SE DESEENROLA NO CAMPO POLÍTICO

Não há Estado estável sem uma sólida base econômica. Mas nenhuma economia é forte se não for organizada segundo os princípios da justiça. Assim, na estruturação econômica do Estado, o político jamais pode desprezar as forças e as relações de produção, utilizando-as e disciplinando-as consoante os critérios indicados pela filosofia dominante, ou seja, pela ideologia a que o Estado serve.

Se o liberal faz da Economia um livre jogo de interesses, em que vencem os mais fortes, os mais astutos ou os de mais sorte, e se o comunista a conceitua como valor maior no contexto sócio-estatal, deve o verdadeiro democrata usá-la como suporte de uma sociedade cujo objetivo é a igualdade, a liberdade e a fraternidade.

Cada ato do governo, no regime democrático, deve, conseqüentemente, mesmo quando um ato de natureza econômica, ter um sentido político. Hans V. Eckardt (7) viu fundo as coisas, quando escreveu:

“El Estado vive de la Economía, y mantiene su existencia merced a los medios ministrados por ésta. Por consiguiente, se halla directamente interesado en el florecimiento económico, y por esto con frecuencia tendrá que ocuparse, en el sentido más amplio, de cuestiones económicas. Ahora bien, para ello no hay otra posibilidad que dictar resoluciones por parte del Poder existente. Por esto, cada disposición en materia económica equivale a un acto político, convirtiéndose de esta manera la Política en directriz de la Economía. Así lo entendió también Lenin, el estadista y materialista Lenin, que sostenía a todo transe la primacía de la Política sobre la Economía. De esta manera se desarrolla en el campo político la lucha económica con suerte varía para los grupos y factores que en ella intervienen.

Esta relación entre Política y Economía, y esta tutela de los intereses económicos por los medios políticos se entrecha más todavía observando que la Economía es una forma de la vida del pueblo. La Economía representa la suma de actividades de la mayoría de los ciudadanos. Por lo tanto los intereses económicos son cuestiones vitales para gran parte de aquéllos, o sea de los individuos que componen las colectividades, los partidos y la masa. Así resulta muy natural que la masa no sólo pida a sus mandatarios y caudillos que se ocupen del fin colectivo de la nación o del fin menos importante de una determinada clase de la población, sino también de los intereses económicos de cada grupo profesional.”

O elemento econômico, fundamental na vida de um povo, atua, pois, em escala nacional, visto interessar a todas as classes, a todos os grupos profissionais, a todas as organizações, e atinge, inclusive, o campo das relações internacionais. Porque é, a economia, o *chão* em que todos se firmam, indivíduos, grupos, coletividades. Sua solidez, portanto, é necessária a todos.

(7) HANS V. ECKARDT -- Ob. cit.

5. AS REALIDADES NACIONAIS – SEU CONDICIONAMENTO E SUAS PROJEÇÕES ECONÔMICAS

A Economia não deve ser considerada em abstrato, pois nada existe de mais concreto. Há de ser vista, por conseguinte, em suas realidades.

Assim, impõe-se ter sempre em conta que a economia de um país, conquanto se ligando à dos outros, estrutura-se e desenvolve-se dentro de um espaço geográfico limitado; com um povo determinado, vivendo dentro de um certo tempo; oferecendo características próprias, revelando méritos e carências; estando, dessa maneira, sujeita às diretrizes do Estado em que esse povo, como nação, esteja politicamente organizado.

É o Estado que dá a tônica da economia de um povo, estando esta, conseqüentemente, submetida ao controle político e, em última instância, a uma ideologia.

Aceito que indivíduos, grupos e coletividades, no plano econômico, têm, além das necessidades comuns, necessidades específicas, vitais, e entendido, igualmente, que ao Estado incumbe, por seus órgãos executivos, estabelecer condições que garantam igualdade de oportunidades a todos, com vista ao bem comum e ao bem de cada um, fácil será concluir pela relevância e supremacia da política, arte de governar.

6. O CAMPONÊS, ESSE ESQUECIDO

Sentimos, então, de perto, a situação verdadeiramente trágica do Brasil, quando começamos a imaginar que, para a obra a realizar pelo Estado, teremos de contar com indivíduos, grupos, classes e coletividades esclarecidos e capazes de assumir um papel consciente no processo comum de desenvolvimento.

Começaremos, aqui, a nos enraminhar rumo à essência de nossa tese, porque será no meio rural que as dificuldades a vencer se apresentarão imensas.

Queremos democracia, e na democracia existe a efetiva participação do povo, que, pelo voto, escolhe aqueles a quem se delega a direção da coisa pública.

Ora, o povo brasileiro, de um modo geral tão carente, apresenta, na "roça", aspectos lamentáveis e que, em verdade, o inabilitam para participar, conscientemente, do processo democrático. "Todas as classes da sociedade devem estar capacitadas para expressar suas queixas. A condição para ser eleitor não é a inteligência ou o bom senso, mas a independência de espírito para formular essas reclamações", observa A. D. Lindsay (8), e prossegue: "Não parece ser uma condição difícil, mas as pessoas oprimidas nem sempre estão preparadas para falar por si mesmas, e nem sempre são capazes de pensar que existe alguma coisa errada na sua situação. Nem sempre aceitam o ensinamento de certos *maníacos revolucionários* mencionados pelo Reverendo Twist, que

(8) A. D. LINDAY — *O Estado Democrático Moderno* — trad. de Waltencir Dutra — Zahar Editores — Rio, 1964.

pregam ao povo que os interesses do homem, e não a vontade de Deus, confinam-no no trabalho e à privação. Votam como os seus superiores ou seus empregadores ou seus patrões mandam. Dar a um número maior dessas pessoas o direito de votar, numa sociedade onde predominam tais condições, é dar mais poder aos seus manipuladores e exploradores."

Essas palavras, candentes, porém verdadeiras, de Lindsay, até parecem inspiradas na realidade rural do Brasil.

O assalariado do campo, o "parceiro", o "meieiro", o "agregado", o "provisório", o "alugado", enfim, toda a gama do proletariado rural vegeta, em nossa Terra, em deploráveis condições de vida.

Doentes, subnutridos, analfabetos, produzem pouco e mal, vivem desinformados e desinteressados, mas, mesmo assim, formam levadas e levadas de eleitores que, em dias de eleições, são conduzidos, pelos "coronéis" ou seus prepostos, aos "currais eleitorais".

É isso democracia?

Essas camadas da população podem assumir a responsabilidade de escolher presidente da República, senadores, deputados, prefeitos?

Nesse setor, não se pode duvidar, o voto é uma mentira, a eleição é uma farsa. E tenhamos a coragem de reconhecer e proclamar: a democracia não pode ter sua validade condicionada apenas à quantidade de eleitores.

O voto, essencial na democracia, tem que exprimir uma posição política, e, para ter essa posição, o eleitor precisa ser livre e responsável.

No caso do Brasil, país onde o poder econômico maior ainda é o rural, esse problema oferece aspectos muito graves, pois os valores da democracia, que todos queremos preservar, estão, na hipótese, grandemente comprometidos.

Devido à omissão do Estado liberal, através do qual, desde a proclamação da República, vimos dirigindo o nosso desenvolvimento, verificou-se, em nossa mecânica sócio-econômica, o domínio dos interesses dos indivíduos e dos grupos, com sacrifício dos da coletividade.

Urge, desse modo, que o Estado se ponha em sua real posição de órgão vivo e atuante, representativo dos interesses nacionais, e, como tal, opere em todos os setores de atividade, não para marginalizar o homem, não para substituir-se ao homem, mas para valer, de fato, como um obreiro da nação.

O Estado — nunca é demais repetir — é, afinal, a expressão de uma ideologia, na medida em que a Política, que o informa, obedece a uma filosofia.

Dessarte, se pretendemos um Estado democrático, isto é, um Estado onde o homem seja, de fato, a meta a alcançar, então esse Estado há de ser instituído de modo a responder, positivamente, a todas as exigências de uma sociedade também democrática, ou seja, justa, humana, igualitária. Só o Estado, assim enquadrado pela Política em um sistema filosófico, teria — porque para tanto suficientemente capacitado — condições de tentar essa finalidade. É o que re-

conhece Mabbott (9), quando proclama: "No presente estágio de nosso desenvolvimento, o Estado é o único organismo que pode formular e impor qualquer sistema planejado de investimento, fornecimento essencial, distribuição ou produção." Mas adverte: "Uma vez mais, os campos e graus nos quais uma ação do Estado desse tipo é desejável ou necessária devem ser determinados em cada caso pela pessoa empírica. A pretensão de uma correta filosofia política nesse campo seria evitar quaisquer critérios tomados aprioristicamente. Os controles não deveriam ser eliminados indiscriminadamente por solicitação de um individualismo doutrinário, nem ser impostos, também, indiscriminadamente, por solicitação do socialismo doutrinário."

A democracia tem por escopo o homem, quer dizer, a criação e a garantia de condições gerais de vida em que todos os homens encontrem oportunidade de se realizar, como indivíduos e como pessoas, vale dizer, em suas necessidades animais e em suas aspirações maiores. Porque o homem tem um destino superior a cumprir, mas o cumpre aqui na Terra, e é aqui, neste planeta, que lhe devem ser assegurados os meios para cumprir o seu destino de ser feito à imagem e à semelhança de Deus.

7. A META-HOMEM NÃO PODE SER ALCANÇADA PELOS ESTADOS LIBERAL E TOTALITÁRIO

Pois o Estado, instrumento de construção nacional dos povos, tem, se democrático, tal missão: assegurar aos homens esse ambiente onde eles possam realizar-se.

Pode o Estado, na execução dessa tarefa, agir *passiva* ou *ativamente*, isto é, ou *não intervindo* ou *se fazendo presente, dando liberdade* de ação aos cidadãos ou *controlando* as suas atividades, porque, de um ou de outro modo, pode estar agindo no sentido do favorecimento do homem.

Quando o Estado liberal deixa a Economia entregue ao livre jogo das forças atuantes na sociedade, em acatamento ao princípio do "laissez-faire", inerente ao individualismo, está desservindo ao homem, pois está facultando a escravização do homem pelo homem.

No outro extremo, quando o Estado totalitário absorve todos os setores de atividade do homem, colocando-se acima do homem, servindo-se do homem ao invés de servi-lo, então a sua *presença* (como, no outro caso, *omissão* do Estado) passa a ser desumana.

No que tange à área econômica, onde se movimentam os interesses vitais primeiros, esse fato é facilmente constatável, como demonstra Rodolfo Laun (10): "A repartição da propriedade, o portanto a economia, constitui, desde que os homens vivem reunidos em Estado, uma obra em que o Estado colabora de maneira decisiva. Isso também é exato quando o Estado deixa a Economia

(9) J. D. MABOTT -- *O Estado e o cidadão* -- trad. de Jorge Natal da Costa -- Zahar Editores -- Rio, 1968.

(10) RODOLPHO LAUN -- *A Democracia* -- trad. de Albino Camargo -- Comp. Editora Nacional -- São Paulo, 1936.

aparentemente *libre*, a agir à vontade. Porque, uma vez constituída a autoridade do Estado, por mínima que seja, tem ela a possibilidade de influenciar a repartição do poder. Se se mantém passivo diante da repartição existente, ainda assim este *non facere* é como um modo determinado de economia política, tanto como o *facere*.”

O ideal político, pois, é, necessariamente, ainda, um ideal econômico, e vice-versa.

Efetivamente, um ideal político possui, também, um conteúdo econômico. Porque a política abrange todos os quadrantes da existência coletiva. Por isso é que só se pode conceber o Estado liberal clássico apoiado numa economia entregue às suas próprias leis e só se pode imaginar um Estado totalitário envolvendo totalmente o processo econômico, em ambos os casos — no liberalismo por omissão, no totalitarismo por absorção do Estado —, as coisas acontecendo com sacrifício do homem.

Já o Estado democrático nem se omitirá, nem se excederá em sua conduta, pois sempre estará presente no campo econômico, mas tão-somente para garantir igualdade de oportunidades a todos os homens, para efeito de uma equitativa e justa participação nos bens da civilização e da cultura.

Essa íntima vinculação entre o político e o econômico levou Michel Debrun (11) a observar, com muita propriedade, que a “ligação entre o aspecto econômico e o aspecto político do poder, quando ele intervém em matéria econômica, é muito mais profunda do que se acredita geralmente. O poder não é econômico e político, mas econômico enquanto político e político enquanto econômico”.

Hoje não mais seria admissível advogar-se, de boa fé, o alheamento do Estado às coisas de economia. A teoria liberal clássica deve ser definitivamente banida de nossas cogitações.

Dessa maneira, a Economia há de ser disciplinada, coordenada, planificada e, sob certos aspectos, dirigida. Por economistas, é claro. Mas economistas a serviço da Política, como agentes do Estado, como elementos integrantes de uma sociedade que sabe para onde ir, que tem por meta o homem, que visa o bem comum.

8. POLÍTICA E TECNOLOGIA

Talvez seja indicável, a propósito, manifestar a nossa discordância em relação aos que, supervalorizando os técnicos e a tecnologia, dão a esta uma posição equivalente à da Política, e aos técnicos igualdade com os políticos, para efeito do equacionamento e resolução dos problemas do Estado.

“Tratado das artes e ofícios em geral”, “Ciência que trata do desenvolvimento das artes industriais”, a tecnologia vale como um processo de aplicação setorial, utilizável ora na área econômica, ora na científica, ora na pedagógica

(11) MICHEL DEBRUN — *O fato político* — Fundação Getúlio Vargas — Rio, 1962.

gica etc., mas não deve ser posta acima do que é: um instrumental a serviço do homem, logo, quando usada pelo Estado, uma ciência auxiliar da Política, esta conceituada como a expressão de uma ideologia.

Os governos dos Estados modernos, vivos, dinâmicos, presentes no tempo e no espaço onde se movem as nações, necessitam de tecnologia em seus programas, mas precisam saber usá-la, e quem "diz" como *deve* ela ser usada, *quando* usá-la e *para que* usá-la, é a Política. Michel Debrun (12), por oportuno, mais uma vez pode ser invocado: "Devemos combater aqui a *idéia clássica* segundo a qual a Política se manifestaria na esfera econômica como uma força alheia. Aplicar-se-ia ao domínio econômico, mas sem ser verdadeiramente parte dele. Pensamos ao contrário que, na medida em que uma política econômica é séria, ela supõe a intervenção de economistas especializados não somente ao nível de concepção dos planos e de sua concretização, mas no próprio nível da elaboração das linhas diretoras."

Situando dessa forma o problema do relacionamento entre o Estado e a Economia, e vendo, na intervenção do Estado, algo necessário à implantação de uma ordem política democrática (pois, se entregue a Economia à própria sorte, o resultado é a *exploração do homem pelo homem*), urge, no interesse da democracia, impor à Economia um caráter nacional e uma destinação social, libertando-a da dominação estrangeira, o que só é possível pelo Estado.

9. OS ESTRANGEIROS ESTÃO AI

Os intuits colonialistas — não apenas os *intuits*, os *atos* colonialistas — de certas potências não cessaram, e o Terceiro Mundo, a que pertence o Brasil, *também tem sofrido com eles*. Estamos, por isso, com Kwame N'Krumah (13), quando comenta: "Para sustar a interferência estrangeira nos assuntos das nações em desenvolvimento é preciso estudar, compreender, revelar e combater *ativamente* o neocolonialismo sob qualquer disfarce que este possa usar. Pois os métodos dos neocolonialistas são sutis e variados. Operam não apenas no campo econômico, mas também na esfera política, religiosa, ideológica e cultural."

Vê-se, dessarte, que não constitui nenhum exagero afirmar-se que a reforma agrária no Brasil deve estar fortemente associada a uma política exterior nacionalista e anticolonialista.

Todos sabemos das reações de certas superpotências quando iniciamos a Rodovia Transamazônica...

Todos tomamos conhecimento de como algumas "missões religiosas" agem no interior do País, até sendo necessário, às vezes, que o Governo as expulse de nossa Pátria.

Todos lemos a notícia de que famoso instituto estrangeiro chegou a projetar um "grande lago" para a região amazônica, tão pródiga em água...

(12) MICHEL DEBRUN — Ob. cit.

(13) KWAME N'KRUMAH — *Neocolonialismo — último estágio do imperialismo* — trad. de Maurício C. Pedreira — Editora Civilização Brasileira — Rio, 1967.

Todos estamos informados de que o algodão, o cacau, o café, o açúcar e a carne, produtos fortes de nossa economia agropastoril, estão praticamente controlados por grupos alienígenas.

Ora, se não nos libertarmos dessas pressões externas, não haverá como autonomizar a nossa economia, autonomização indispensável à recuperação da sociedade rural.

Nunca é demais insistir em que, para conseguirmos, no Brasil, uma verdadeira democracia, temos que dar outra situação cultural ao homem, especialmente ao homem do campo, o mais sofrido, o mais desassistido, o mais carente, o mais incapaz de participar, como agente ativo, num processo de vida realmente democrático.

Isso há de ser obra da Política, através do Estado. Mas de uma política humanista, que posicione o homem como o centro em torno e em função do qual gravitem as coisas terrenas.

Com o espírito liberal clássico nada conseguiremos. Mesmo as nações ditas "liberais" não procedem, no plano interno, segundo as leis do liberalismo tradicional. Nos Estados Unidos, por exemplo, os "trusts" são combatidos. Acontece, no entanto, que, no seu relacionamento com outros países, essas nações postulam a obediência aos preceitos liberais clássicos, visto que, sendo fortes, fácil lhes é aproveitar a "liberdade" para desempenharem o papel de "tubarões", que engolem, sem piedade, os "peixes" menores...

No plano mundial, como nos planos nacionais, a "filosofia" liberal-democrática é uma só: a exacerbação do individualismo, com todas as suas funestas conseqüências. Leuret (14) foi implacável ao criticá-la: "Ao intervir nos problemas de desenvolvimento, o capitalismo não se preocupa com o desenvolvimento autêntico, o que, aliás, não considera tarefa sua. Seu papel é explorar recursos em função de produtos a colocar num mercado, o que permitirá garantir às empresas o lucro mais elevado possível, e aos acionistas os mais altos dividendos."

No mundo liberal clássico, que gerou o capitalismo individualista, o panorama é sempre esse, lembrado por Leuret. E isso, tanto *dentro* dos países como nas relações *entre* países.

É verdade que as nações exploradas estão tentando reagir, mas a contra-reação das superpotências vem sendo terrível, já agora, inclusive, por intermédio das empresas multinacionais, as quais, na realidade, são *supernacionais*.

O resultado dessa *ausência* do Estado na área econômica rural, para efeito de humanizá-la, dinamizá-la e valorizá-la, tem sido o mais lastimável, dele também falando Leuret, (15) como se falasse do Brasil: "As cidades, principalmente as grandes cidades, continuam a atrair as populações rurais. A terra tornou-se salinizada, laterizada, e destrói-se pela erosão; as secas assolam inúmeras regiões; a propriedade familiar subdivide-se e o minifúndio já não per-

(14) L. J. LEBRET — *Suicídio ou sobrevivência do Ocidente?* — trad. de Benevenuto de Santa Cruz — Livraria Duas Cidades — São Paulo — 1958.

(15) L. J. LEBRET — Ob. cit.

mite produzir-se o mínimo necessário à subsistência; a crescente mecanização agrícola dispensa um número cada vez maior de trabalhadores rurais e a agricultura vai cedendo cada vez mais lugar à pecuária. Os que aspiram obstinadamente a viver, partem e abandonam a terra. Os que chegam ao termo da aventura do êxodo, erram indefinidamente nas cidades, desamparados e à mercê de um emprego precário e instável.

Nada disto é literatura; falo após inúmeras pesquisas sistemáticas da realidade social, na África, Ásia e América Latina."

É, sim, horrível, de um modo geral, o estado da sociedade rural brasileira. Porque, excepcionando-se os grandes senhores rurais — alguns fazendeiros de São Paulo, do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais, Estado do Rio, Nordeste e Brasil Central —, a grande maioria dos homens que labutam no campo — incluindo-se pequenos e até médios proprietários — luta desesperadamente pela sobrevivência, esquecida pelos poderes públicos.

Sem escola, sem diversões, subnutrido, atrasado, doente, mal pago, o nosso "jeca" produz pouco e mal, posicionando-se na sociedade como um valor negativo.

O pequeno e o médio proprietários rurais são outros infelizes, sofrendo, em escala quase igual à dos empregados, os mesmos problemas, com a agravante de terem de assistir os seus empregados naquilo em que o Estado lhes é omissos. Assim, além de pagar aos trabalhadores, esses proprietários, às suas custas, abrem caminhos, constroem pequenas pontes, pagam remédio para seus empregados, às vezes mantêm uma escola para seus filhos e os filhos dos trabalhadores, enfrentam as endemias rurais, constroem capelas, pagam impostos escorchantes e, não raro, ainda são obrigados a manter "polícia" para a defesa de seus bens.

Quanto aos grandes proprietários, mesmo entre eles se notam grandes deficiências, pois raramente suas propriedades produzem tudo de que seriam capazes, seja por falta de uma orientação adequada, seja por carência de recursos técnicos, seja porque os poderes públicos não colaboram.

A questão rural é, pois, muito séria. E não pode, como amiúde acontece, ser encarada, superficialmente, em apenas um ou alguns de seus aspectos.

A solução não está somente em dividir a terra, dando a cada lavrador um quinhão próprio.

De terra, todos precisam, todos querem, mas — o que é mais importante — é preciso *ter recursos* para bem explorá-la. Mais importante ainda: é necessário *saber* aplicar esses recursos, para o pleno aproveitamento da terra.

A questão comporta, portanto, numerosas facetas, e todas devem ser convenientemente consideradas; sobretudo, precisam ser examinadas em conjunto e em suas conotações necessárias.

Terra; dinheiro para explorá-la e técnica para saber aproveitá-la, aí três elementos fundamentais a serem pesados no encaminhamento de uma solução para o problema agrário.

Não é só, todavia; é necessário, também, que, como o trabalhador urbano, como o industriário ou o comerciário, o professor, o soldado, o profissional liberal, em suma, como todo cidadão, o homem do campo se inclua, consciente, responsável e livre, numa sociedade cuja organização se processe sob a inspiração de uma filosofia política que tenha por objetivo maior o bem comum.

No caso brasileiro, tratando-se de um país de dimensões continentais, seria infantilidade fazer de alvo único da reforma agrária o combate ao latifúndio. Principalmente quando, erradamente, ao nosso ver, se interpreta latifúndio como sinônimo de grande propriedade, quando a grande propriedade pode ser explorada de maneira racional e humana e exercer uma função social. O latifúndio, em si, é um problema. Mas apenas um problema entre outros mais. Vendo exclusivamente esse problema e esquecendo os demais, nada resolveríamos: "Subdividir o latifúndio produtivo para entregá-lo ao trabalhador desamparado de assistência técnica — como aconteceu inicialmente no México, na Guatemala, em Cuba, na Bolívia —, é, diz Vianna Moog (16), expor a produção a colapso certo, com as conseqüências que já se conhecem: marginalidade, desemprego, fome, anarquia, guerra civil, ditadura do proletariado ou qualquer outro tipo de ditadura".

Afora isso, equivocam-se os que imaginam uma "reforma agrária para o Brasil", pois, em verdade, temos de aplicar, em nosso País, *diversas reformas agrárias*. Temos regiões geoeconômicas bastante diferenciadas. Como bem diferentes temos, em diversas partes, os estágios de desenvolvimento social. Soluções boas para o Sul podem ser desaconselháveis para o Nordeste; o Norte tem exigências diferentes das do Centro; o Leste se diversifica enormemente do Oeste; o Pantanal Matogrossense é uma coisa singular, a Amazônia é um mundo distinto. Ora, todas essas regiões têm que ser ocupadas economicamente. Em todas se há de estabelecer, nas zonas agropastoris, uma estrutura, digamos, ecológica. E em todas se há de fazer valer, porque universais, os valores da democracia. Isso é obra ciclópica e que não pode recair sobre os ombros dos indivíduos, nem dos grupos. Quem tem de levar a cabo essa tarefa é o Estado. Aceitando a colaboração do particular, quando encontrar, neste, um parceiro efetivamente interessado. Ou agindo diretamente por conta própria, *mesmo contra indivíduos ou grupos*, quando isso se fizer necessário, para efeito de chegar à meta final, que é o bem da coletividade. Vianna Moog (17), também aqui, foi claro e objetivo "... num futuro não muito distante o Brasil talvez tivesse que conciliar em certas regiões várias estruturas econômicas de acordo com as exigências de sua natureza variável, fazendo talvez coexistir a propriedade privada no Sul com várias formas de propriedade coletiva no Norte".

A semelhante conclusão chegaram Heverton Peixoto, Norma Chalout e Vilma de Figueiredo, esta, professora de Ciências Sociais na UnB, e aqueles, sociólogos do Ministério da Agricultura, ao afirmarem: "Assim é que qualquer análise sobre mudanças na estrutura de produção agrícola no Brasil deve situar-se num marco teórico que inclua não só a posição do Brasil na divisão in-

(16) VIANNA MOOG — *A ONU e os grandes problemas sociais do nosso tempo* — Editora Civilização Brasileira S/A — Rio, 1965.

(17) VIANNA MOOG — Ob. cit.

ternacional do trabalho, mas que procure identificar contradições de desequilíbrios internos, principalmente entre os setores agrícola e industrial; entre as diferentes regiões e entre grandes e pequenos produtores agrícolas, bem como o papel do Estado brasileiro na solução destas contradições.” (18)

Seja como for, sempre é conveniente não se esquecer que a reforma agrária não teria um sentido unicamente econômico, mas igualmente social e político.

Evidente que a propriedade da terra teria de ser colocada, nessa reforma, como uma prioridade, mas o objetivo maior seria dar a toda e qualquer propriedade, grande, média ou pequena, uma função social, para o que seria necessário conscientizar o homem rural nos valores da democracia — não de uma democracia liberal, expressão do individualismo, mas de uma democracia autêntica, aquela em que se busca, de fato, a liberdade, a igualdade e a fraternidade entre todos os homens. Ainda aqui, e mais uma vez, Vianna Moog (19) merece ser evocado: “Muito mais importante, por certo, é proceder à reforma agrária. Mas igualmente importante é a reforma dos espíritos, a mudança de mentalidade, que só será obtida através de programas de desenvolvimento da comunidade, com os quais deve estar ligada qualquer reforma agrária digna deste nome.”

10. REFORMA MAIOR: A DOS ESPIRITOS

Essa “reforma de espírito” vincula-se às diferentes filosofias políticas que inspiram os diversos povos em suas caminhadas através da história.

Pois é sempre uma ideologia política, por sua vez enraizada neste ou naquele sistema filosófico, que dará os rumos sociais e econômicos das nações.

Filosofia, Política, Sociedade e Economia são peças de um mesmo aparelho, se encontram, se influenciam, se interpenetram, se buscam, se ajustam e se completam num todo único e homogêneo.

Há de se ter uma visão total e integral das coisas, e, quando se tem essa visão, os valores econômicos, sociais, políticos e filosóficos são situados como elementos de um conjunto e devem, por isso, ser movimentados tendo-se em mente as suas conotações necessárias.

Mirando-se o homem e o mundo dessa maneira global, então havemos de repudiar o liberalismo econômico, simples aspecto do individualismo atomista, provindo do racionalismo cartesiano, o qual, em sua projeção política e social, redundou na hipertrofia do indivíduo, em detrimento das coletividades.

A ordem econômica liberal é, por isso, uma ordem desumana, e as estruturas sociais que nela se firmam apresentam-se, por vício de origem, injustas.

(18) HEVERTON ROSA PEIXOTO, NORMA BEATRIZ CHALOULT e VILMA DE FIGUEIREDO — *Estrutura da Produção Agrícola e Política Governamental* — SUPPLAN — Ministério da Agricultura — 1977 — Brasília.

(19) VIANNA MOOG — Ob. cit.

Igualmente desumana é a ordem econômica comunista, pois ligada a um sistema político onde o homem é colocado como simples "máquina de produção", mero "robô" do Estado.

Nos regimes nazi-fascistas a ordem econômica é, também, inaceitável, pois deriva de filosofias políticas em que o homem é igualmente subjugado pelos mitos, como o da Raça ou o do Estado.

No mundo liberal a maioria é sacrificada ao indivíduo. Busca-se a riqueza pela riqueza. Enriquecem poucos, à custa de milhões.

No mundo comunista, a riqueza é do Estado. O homem nada tem de seu.

No mundo fascista, juntam-se os dois males, o do liberalismo e o do comunismo.

Que ordem política, então, se há de buscar, e, dentro dela, uma ordem econômica, e, decorrência desta, uma ordem rural?

Certamente, a ordem democrática, onde o homem, sendo visto, não como um indivíduo, apenas, mas como uma pessoa, a ordem econômica há de ser montada de tal modo que a riqueza seja um patrimônio comum e todos os homens tenham a oportunidade de participar dela, de maneira equitativa.

Essa ordem geral democrática, onde se inscreve a ordem econômica, é de informação cristã, baseando-se, portanto, no amor ao próximo.

Aceita a democracia, assim compreendida, então teremos de repudiar o liberalismo, o comunismo e o fascismo, por criarem e estruturarem ambiências existenciais desumanas.

A reforma maior, portanto, é de natureza espiritual: necessitamos conscientizar os homens nos valores de uma democracia cristã, isto é, que veja no homem uma pessoa e, em função dele, organize a sociedade.

11. POSIÇÃO DA IGREJA CATÓLICA

A Igreja Católica, pelos seus grandes vultos, enquadrou o problema dentro de sua humana sabedoria.

Pio XI (20), na "Restauração e Aperfeiçoamento da Ordem Social", assim falou:

"Como não pode a Unidade Social basear-se na luta de classes, assim a reta ordem econômica não pode nascer da livre concorrência. Foi com efeito dela, como de fonte envenenada, que derivaram para a economia universal todos os erros da ciência econômica individualista; olvidando ou ignorando que a vida econômica é conjuntamente social e moral, julgou que a autoridade pública a devia deixar em plena liberdade, visto que no mercado a livre concorrência possuía um princípio diretivo capaz de a reger muito mais perfeitamente do que qualquer inteligência criada. Ora, a livre concorrência, ainda que dentro de certos limites seja justa e vantajosa, não pode de nenhum modo

(20) PIO XI — "Sobre a Restauração e Aperfeiçoamento da Ordem Social" in *Documentos Pontifícios Sobre Questões Sociais* — Edição da Câmara dos Deputados — Brasília, 1967.

servir de norma reguladora à vida econômica. Ai estão a comprová-lo os fatos, desde que se puseram em prática as teorias do nefasto espírito individualista."

A essa veemente crítica ao liberalismo segue-se com Pio XII (21) essa outra, atingindo não só o liberalismo, como, também, os regimes que põem no progresso econômico o bem maior: "...a riqueza econômica de um povo não consiste propriamente na abundância dos bens, medida segundo um cômputo puramente material do seu valor, mas, sim, no fato de que tal abundância represente e ofereça real e eficazmente a base material que baste ao devido desenvolvimento pessoal dos seus membros."

Vem, depois, João XXIII (22) e mostra o caminho cristão a ser desbravado nas selvas do liberalismo e do totalitarismo: "O progresso social deve acompanhar e igualar o desenvolvimento econômico, de modo que todas as categorias sociais tenham parte nos produtos obtidos em maior quantidade. É preciso, pois, vigiar com atenção e trabalhar eficazmente para que os desequilíbrios econômicos e sociais não cresçam; antes, quanto possível, se vão atenuando."

Essas falas, vindas do alto, contundentes mas verdadeiras, apontam uma estrada a seguir. E Paulo VI (23), completando-as, afasta-se das generalidades e prega, no campo agrário, de maneira específica, uma providência cristã: "Se a terra é feita para fornecer a cada um os meios de subsistência e os instrumentos do progresso, todo homem tem direito, portanto, de nela encontrar o que lhe é necessário. O atual Concílio lembra-o: Deus destinou a terra e tudo o que nela existe ao uso de todos os homens e de todos os povos, de modo que os bens da criação afluam com equidade às mãos de todos, segundo a regra da justiça, inseparável da caridade. Todos os outros direitos, quaisquer que sejam, incluindo os de propriedade e de comércio livre, estão-lhe subordinados: não devem portanto impedir, mas, pelo contrário, facilitar a sua realização: e é um dever social grave e urgente conduzi-los à sua finalidade primeira."

Essa a palavra da Igreja. Esse o ensinamento cristão. Essa a substância da filosofia democrática. Porque democracia é isso: justiça, igualdade, liberdade, fraternidade. Em síntese: amor ao próximo.

Embora frequentando os templos, acompanhando procissões, usando santinhos, fazendo promessas, nem sempre essas coisas estão, nos que assim procedem, carregadas de um espírito autenticamente cristão e, por isso, nem sempre esses atos são acompanhados de um procedimento político e, conseqüentemente, econômico, embebido das lições do cristianismo.

Pelo contrário, mesmo nos proclamando cristãos, participamos, ou ativamente, ou passivamente, por omissão, do processo social econômico liberal que, implantado no País com a república, aqui se alastrou até nossos dias, gerando uma sociedade discriminatória, desequilibrada, distorcida, fechada, injusta, opressiva, nada democrática, onde os homens se dividiram em castas de privilegiados e multidões de miseráveis.

(21) PIO XII — Rádio Mensagem "LA SOLENNITA" — in *Documentos Pontíficos*, cit.

(22) JOÃO XXIII — "Mater et Magistra" — in *Documentos Pontíficos*, cit.

(23) PAULO VI — "Populorum Progressio", in *Documentos Pontíficos*, cit.

Não que diz respeito ao mundo rural, o advento da República, corolário da Revolução Francesa, veio, na prática, estimular a formação de aristocracias rurais que enfeixaram em suas mãos o poder político e subjugarão os camponeses ao seu talento. João Camilo de Oliveira Torres ⁽²⁴⁾ formulou o problema com segurança: "As classes rurais, debilitadas pelo mecanismo de alternativa de partidos no Império, golpeadas mortalmente pela Abolição, sentindo a ameaça em seu prestígio consubstanciada na formação de uma classe média urbana, utilizaram-se do novo poder que adquiriram graças à Federação, que deu aos grupos locais o domínio da política, para estabelecerem em bases rígidas e rigorosas uma distribuição de classes antes móvel e elástica, e em vias de transformação."

O sufrágio universal ofereceu-lhes como instrumento de poder uma plebe *tailleable et corvéable à merci*, grande massa inerte, munida de um título de eleitor, mas sem condições econômicas e, mesmo, psicológicas de independência."

Dessarte se formou, na base do "laissez-faire", a nossa organização rural. Uma sociedade escravocrata, anticristã (malgrado as capelas nas fazendas) e antidemocrática (apesar dos belos princípios incertos na Constituição de 1891). Uma sociedade latifundiária, tirânica, alienada. As relações entre os homens se processando em termos de senhores da terra e camponeses desesperançados, porque homens doentes, ignorantes e incapazes. Tudo se traduzindo em uma ordem existencial intolerável para a massa obreira.

Ora, economia, no fundo, é riqueza com função social. Riqueza servindo ao homem. Quer dizer: todos os homens tendo possibilidades reais de possuir uma parte nessa riqueza.

Onde a economia não é posta assim, como riqueza a serviço de todos os homens, aí não há democracia. E a Economia só pode ser situada assim quando aos homens, todos os homens, são dadas condições e assegurados recursos que lhes permitam ativar, conscientemente, em proveito coletivo, a produção, a circulação e o consumo de bens.

Ainda hoje o nosso trabalhador rural é pobre, improdutivo. Porque o camponês patricio é um esquecido. Falta-lhe tudo. Daí porque ele não pode responder, como um agente positivo, aos desafios da economia. Daí porque a democracia, na roça, não passa de uma mentira. Pois não pode haver democracia onde existe a escravização do homem pelo homem. E é isso o que ainda se vê em vastas zonas do nosso mundo rural.

Voltamos, aqui, ao reconhecimento de que precisamos, de uma vez por todas, enterrar os restos do liberalismo clássico, para que seus flúidos não continuem a empestar o ambiente.

A democracia verdadeira (política e econômica) exige que o Estado passe a agir de modo concreto, no mundo rural, para efeito de incentivar, também nele, o surgimento de uma sociedade onde todos os homens possam usufruir, irremediavelmente, das conquistas da civilização.

(24) JOAO CAMILO DE OLIVEIRA TORRES — *Estratificação Social no Brasil* — Difusora Européia do Livro — S. Paulo, 1965.

Sendo o Estado um instrumento de realização nacional dos povos, então só ele, por sua força, poderá impor, também na zona rural, uma ordem existencial humana.

A situação, em verdade, pouco mudou no Brasil, nesse setor, através dos séculos. Depois da exploração colonialista de Portugal, vieram os latifúndios. Mais tarde, até hoje, as grandes potências. E agora, com estas, as multinacionais.

O "laissez-faire" serviu apenas para deixar os poderosos fazerem o que entenderam em nossa economia, deixando os ricos cada vez mais ricos, os pobres cada vez mais pobres, a sociedade cada vez mais prenhe de injustiças, cada vez menos democrática. Pressões de fora, pressões de cima, pressões de todos os lados. E o povo sofrendo. "Na atualidade", comenta M. Vinhas (25), "a metrópole imperialista, além de apoiar-se no sistema latifundiário, como faziam Portugal e os latifundiários de antanho, atua diretamente no País através de suas empresas".

Hoje, realmente, ninguém ignora que o café, o cacau, o algodão, o açúcar e a carne estão, em grande parte, em mãos de estrangeiros, a estes servindo, consciente ou inconscientemente, os latifundiários de nossa Terra: "Aliado às companhias estrangeiras, que dominam o boi e o algodão, o café e o cacau" — adverte ainda M. Vinhas (26) — "o latifúndio mantém suas características semicoloniais, antinacionais e anti-sociais".

Esses fatos são inegáveis. Ora, como se pode, nessa situação, falar-se em democracia? Que liberdade tem o nosso camponês, em sua conduta política, quando seus próprios patrões servem a senhores estrangeiros? Despreparado tecnicamente, subnutrido, mal pago, sem terra, sem instrumental de trabalho, ignorante, doente, o lavrador brasileiro não passa, em geral, de uma "coisa" nas mãos dos patrões, apresentando-se politicamente como verdadeira "marionete", de que eles se utilizam para coonestar, pelo voto "de cabresto", uma situação de dependência e, mesmo, submissão, a forças antinacionais.

O problema é grave, pois democracia exige que todos participem, ativa, livre e conscientemente, no processo de desenvolvimento global do País, partindo do econômico, dentro do qual o agropecuário, em país como o nosso, constitui um imperativo de sobrevivência nacional.

A massa dos nossos trabalhadores rurais é, sem exagero, uma massa quase amorfa, que os donos da terra amoldam ao sabor de seus apetites: "... os camponeses e os lavradores de condições econômicas e sociais de pobres, incluindo os assalariados agrícolas de todo tipo, perfazem aproximadamente onze milhões mais ou menos, ou seja, setenta e cinco por cento da população economicamente ativa na agropecuária brasileira, segundo a nossa estimativa", informa M. Vinhas (27).

(25) M. VINHAS — *Problemas Agrários Camponeses do Brasil* — Edição Civilização Brasileira — Rio, 1968.

(26) M. VINHAS — Ob. cit.

(27) M. VINHAS — Ob. cit.

12. A REFORMA AGRÁRIA NÃO PODE ESPERAR

A questão agrária (dentro dela a pastoril) oferece, no Brasil, não apenas os aspectos gerais que marcam todos os nossos problemas econômicos, como, também, alguns aspectos próprios, resultantes das características físicas, sociais e étnicas do nosso meio e, sobretudo, do nosso grande atraso nesse setor.

Mais, portanto, do que na área da indústria e do comércio, faz-se mister uma presença constante, ativa e vigilante do Estado, em toda a área agro-pastoril, para estruturá-la, dinamizá-la, democratizá-la e nacionalizá-la.

Só o Estado dispõe de recursos para essa tarefa, mas um Estado nacional e democrático, ou seja, que aja em função de princípios e fins que visem ao pleno desenvolvimento da sociedade brasileira, de que é condição um homem brasileiro consciente de seu destino.

O regime liberal tem de ser definitivamente proscrito do mapa político, pois não se pode mais aceitar o Estado como um mero espectador dos conflitos sociais: "... o que constitui hoje a condição para a promoção do desenvolvimento econômico é, diz Hélio Jaguaribe (28), a intervenção ordenadora e promocional do Estado".

Realmente, foi a distância entre o Estado e a Nação, verificada no regime liberal, que levou a esse estado de descabro. Por que se concebeu o Estado como um simples guarda. Quase que como um mal necessário. Um Estado omissivo, que permitiu, pela livre concorrência entre forças desiguais, a escravização dos pobres pelos ricos. Josué de Castro (29) feriu o tema com perícia: "Em última análise, esta situação de desajustamento econômico e social foi consequência da inadaptação do Estado político para servir de poder equilibrante entre os interesses privados e o interesse coletivo. Ou mesmo pior, entre os interesses nacionais e o dos monopólios estrangeiros interessados em nossa exploração de tipo colonial."

Pelas condições inferiores de vida no campo, os trabalhadores rurais põem suas esperanças nas cidades. Donde o êxodo rural. E o superpovoamento das cidades. E as favelas. A miséria. O banditismo. Sim, porque despreparados, eles nada conseguem nos centros urbanos, e, ou se apassivam, passando a esmolar, ou, inconformados, descambam para o vício e para o crime. E as fazendas, sem empregados, caem de produção. Sobem os preços dos produtos. Tudo agravado pela política fiscal dos governos estaduais que aumentam, de ano a ano, o imposto territorial rural, o que, somado ao aumento geral dos preços dos bens, serviços e utilidades, conduz a dificuldades insuportáveis. Disso tudo resulta o que tristemente presenciemos em diversas regiões do País: zonas outrora progressistas se apresentando em estado lamentável. E, nas cidades, os contrastes e os confrontos. Palácios e barracões. Caviar e lixo. Luxo e fome. Mendicância. Prostituição. Crime.

É presenciando esse panorama que nos fortalecemos em nossa fé na democracia. Mas em uma democracia integral. Social, política e econômica. Que

(28) HÉLIO JAGUARIBE — *O Problema do Desenvolvimento Econômico e a Burguesia Nacional* — Serviços de Publicações da Federação de Indústria de São Paulo — 1958.

(29) JOSUÉ DE CASTRO — *Geografia da Fome* — Editora Brasiliense — São Paulo, 1961.

não pode nem deve ser confundida com o tão só exercício do voto livre, pois livre não é quem não possui um mínimo de segurança econômica e social.

Democracia verdadeira é global. Vale para todos. E em todas as esferas de atividade.

Essa democracia, a cristã, temos de tentá-la através de medidas profundas. Pelo Estado. E um Estado *forte*, o que não quer dizer Estado *autoritário*.

Só o Estado poderá "socializar" o mundo rural, isto é, integrá-lo no processo civilizatório. Porque, sem ele, permanecendo as coisas como estão, tudo estará perdido. O Brasil, como observa ainda Josué de Castro (30), continua um país de "contrastes atordoantes, como está evidenciado entre o esplendor da vida urbana de algumas de nossas metrópoles e o atoleiro social, o marasmo da vida agrária em torno destas metrópoles. Contrastes como este de possuímos uma indústria de alto padrão moderno e uma agricultura de índole feudal, apegada à rotina, a mais conservadora. Assim é o Brasil. Assim se explica por que, apesar de todos os nossos surpreendentes sucessos no campo do progresso econômico, de nossa indústria pesada, de nossa indústria de automóveis, de Brasília e de outras metas surpreendentemente avançadas, ainda somos uma das grandes áreas da geografia universal da fome".

Moacir Paixão (31) surpreendeu, na questão agrária brasileira, três características:

"a) o domínio monopolista sobre grandes extensões de terra, por vezes as de melhor qualidade, exercido por uma classe social de fazendeiros capitalistas e latifundiários, que impedem a mais ampla utilização dos solos no processo produtivo;

b) a existência de enorme massa de camponeses não proprietários, de condição social heterogênea, regra geral, pobres; e que, para ter acesso à terra, precisam sujeitar-se aos regimes de parceria, arrendamento, colonato e salariato nas fazendas de café ou criação, nas plantações de algodão, arroz, açúcar, trigo, fumo, cacau e milho;

c) fricções sociais em torno da terra, que se manifestam sobretudo a partir das posições opostas vividas pelos grandes proprietários fundiários e a massa rural sem terra, atingem a outras camadas sociais do campo. Chocam-se, realmente, contra o grande domínio, centenas de milhares de proprietários pobres, detentores de pequenas áreas de terra."

Aí um retrato-síntese do nosso mundo rural. Seus problemas não são insolúveis, porém dependem de providências inteligentes e concretas, amplas e profundas, que os abarquem em todos os seus aspectos. Mesmo assim, só poderão ser solucionados a longo prazo.

A reforma a ser processada no setor econômico há de ter, porém, um objetivo social e, por isso mesmo, terá de obedecer a uma inspiração política.

(30) JOSUÉ DE CASTRO -- Ob. cit.

(31) MOACYR PAIXÃO — Citado por Josué de Castro, ob. cit.

É claro que a distribuição da propriedade é um imperativo dessa reforma, mas o acesso do trabalhador rural a um pedaço de terra há de ser feito de modo racional, sem pruridos demagógicos e sem prejuízo dos proprietários de terras, quando estas sejam produtivas.

A propriedade só não basta. É preciso assegurar também aos camponeses recursos materiais e técnicos para bem utilizá-la. Isso implica um complexo de outras providências, como formação profissional e crédito para o lavrador, transportes, preços satisfatórios para os produtos, orientação técnica, racionalização de culturas, garantia de mercados, escolas para seus filhos, diversões e seguros, pois só assim se darão aos camponeses condições de fixação e estabilização no meio.

Essa obra será demorada. Mas é uma obra possível. A ser alcançada, é claro, pelo Estado. Ou seja, pela Política. Porque, como bem falou Clóvis Pestana (32) "a Ciência Política representa o coroamento de todas as ciências sociais. É a sua expressão mais alta. É a sua síntese. Está no ápice. Tem a grande missão de zelar pela saúde da sociedade através da ciência e da técnica do planejamento global. Todo político autêntico deve ser um planejador global, debruçado, permanentemente, no estudo dos males da sociedade, na ânsia de fazer o seu diagnóstico a fim de poder prescrever a terapêutica mais conveniente. É a mais nobre, a mais bela e a mais altruística de todas as atividades".

A obra a edificar é gigantesca. E, conquanto de conteúdo econômico, sua estruturação tem de ser feita em termos políticos, a fim de alcançar a necessária projeção social.

O que se pretende é, em última instância, a *socialização* dos homens do campo. O que supõe uma organização agrária realizada em função dos reais interesses do homem. Isso exigirá, antes de tudo, uma exata compreensão da política. Uma visão da política como atividade maior. O que significa dizer: o Estado há de ser compreendido em sua verdadeira acepção de órgão de construção nacional. Como tal, há de se fazer onipresente nas áreas de atividade humana, não para substituir-se ao homem, e, sim, para dar aos homens meios que lhes possibilitem uma efetiva participação no bem comum.

Se democracia é o regime que procura o bem-estar geral do povo, se a política é a ciência do Estado e se o Estado é a ordem coletiva de existência, então não há como deixar de reconhecer que é imperiosa essa *presença* do Estado em todos os setores onde haja um interesse humano a proteger. Relativamente à questão agrária, isto é fundamental. É como diz, ainda, Clóvis Pestana (33): "Está provado que sem a intervenção direta dos poderes públicos não há meios nem modos de acelerar a modernização das atividades agropastoris, indispensável à grande arrancada (o "take-off" de Rostow) para a fase de desenvolvimento econômico auto-sustentável."

A sociedade rural brasileira é a mais carente, do ponto de vista político-social, dada a sua infra-estrutura precária. Apesar disso, a economia rural ainda representa o maior peso em nossa balança comercial. Constitui uma riqueza, malgrado tudo. Mas uma riqueza que é o fruto do "sangue, suor e lágrimas"

(32) CLÓVIS PESTANA — *Problemas Brasileiros* — Editora de Brasília S/A — 1971.

(33) CLÓVIS PESTANA — *Ob. cit.*

de milhões de brasileiros. Essa sociedade rural, ontem como hoje, nada tem de democrática. Para ela tem o Estado, por isso mesmo, de volver sua atenção. E agir sem demora. A reforma agrária não pode esperar. Pois os pilares e os andaimes do edifício rural estão estalando, ameaçando desmoronar. É preciso abrir os olhos e ver bem essa realidade. Como a viu Alberto Passos Guimarães ⁽³⁴⁾:

“Por dominar mais da metade das dívidas obtidas nas trocas comerciais com o exterior, das quais depende o suprimento dos meios de produção indispensáveis ao desenvolvimento econômico, a classe latifundiária controla diretamente nossa política comercial e, indiretamente, toda a nossa política econômico-financeira. O monopólio de mais de cinquenta por cento de nossas exportações, e de sua receita em outro, constitui a base material de seu poder econômico sobre o conjunto da economia nacional. O monopólio de mais de cinquenta por cento da propriedade e da exploração da terra é a base material de seu poder extra-econômico; dá-lhe a faculdade de manter, sob coação, as relações de trabalho arcaicas e, em decorrência, o nível extremamente baixo dos salários agrícolas; possibilita-lhes sustentar os elevados preços da terra e do arrendamento agrícola e, em decorrência, restringir o limitado número das propriedades e das explorações capitalistas.”

Essa a paisagem rural brasileira.

O tratamento econômico desses problemas agrários há de ser feito em sincronia com o tratamento de todos os demais problemas econômicos nacionais.

Mais ainda: *em nenhum momento se poderá separar o problema econômico do problema social, nem este do problema político.*

Temos, sempre, de focalizar as coisas na integralidade de seus elementos. Em um Estado, as diferentes atividades devem ser consideradas em sua globalidade, pois todas elas se influenciam reciprocamente.

Do mesmo modo, não se pode, hoje, isolar nenhuma nação no concerto internacional: todas elas têm interesses coincidentes ou colidentes, mas que, de qualquer maneira, se entrelaçam e devem ser vistos em conjunto.

Isso posto, importa reconhecer que qualquer país, principalmente “país em desenvolvimento”, não pode prescindir do capital estrangeiro, necessário ao seu desenvolvimento.

Esse capital, atualmente, tanto pode vir diretamente, em negociações de Estado para Estado, quanto indiretamente, mediante transações empresariais, prevalecendo, entre estas, as chamadas “multinacionais”.

No tocante à reforma agrária, para levá-la a cabo carecemos de investimentos maciços, pelo que não podemos dispensar o auxílio estrangeiro.

O capital alienígena, em si, é um capital como outro qualquer, fadado, se bem aplicado, a produzir riquezas.

(34) ALBERTO PASSOS GUIMARAES — *Quatro Séculos de Latifúndio* — Editora Saga S.A. — Brasil, 1968.

Portanto, esse capital, por si só, não é nenhum mal. Mas pode sê-lo. Tudo depende da maneira como ele atue no processo político, econômico e social brasileiro. A propósito, escreve Celso Furtado (35):

“O problema dos capitais estrangeiros, colocados no contexto da organização geral do sistema econômico, apresenta dois aspectos que merecem particular atenção: o de sua inserção na estrutura de poder que prevalece ou tende a prevalecer na sociedade, e o de sua participação na apropriação dos benefícios do desenvolvimento. Tradicionalmente, capital estrangeiro significava a propriedade estrangeira de ativos existentes no País, em grande parte títulos de renda fixa. Hoje em dia, capital estrangeiro significa principalmente o controle por grupos estrangeiros de parte do sistema de decisões que comanda a atividade econômica”. E acrescenta: “O que realmente interessa é o comportamento dessas empresas como elementos de um sistema de poder, porquanto as filiais são controladas pela administração da matriz.”

Essas observações, realistas e objetivas, levam ao raciocínio lógico que nos aconselha a transferir para o Estado a responsabilidade de direção política, social e econômica da nação.

Isso significa dizer que o Estado atuará em função de uma compreensão do homem e do universo, portanto, de uma filosofia. Partirá de um princípio, visará a um fim. Visando ao homem — o homem brasileiro — buscará instalar, no País, uma ordem rural *democrática e nacional*.

13. DEMOCRACIA NÃO CAI DO CÉU

Queremos, sim, é claro, uma democracia. Humana em sua substância, nacional em sua forma.

O homem brasileiro não difere dos homens dos outros países. O que ele busca é a sua realização como pessoa. A sua plenitude. Mas *aqui, na terra*. Isso é a razão de suas lutas. Por isso, queremos a democracia. Porque a democracia é o regime político único capaz de propiciar condições existenciais para o pleno desenvolvimento do homem.

Esse regime há de ser, porém, instaurado em *nosso meio*. Um meio diferenciado. Meio físico e cultural. Que inclui um espaço geográfico certo, um grupo étnico, riquezas e carências próprias, uma história. O *meio brasileiro*, com seus defeitos e suas qualidades. Com sua tipicidade.

Para conseguirmos a democracia, e, nela e através dela, o bem comum, jamais poderemos perder de vista as nossas forças, as nossas limitações, os nossos anseios, as nossas necessidades, as nossas peculiaridades.

Dentro desse entendimento, fácil será concluir que somente alcançaremos um efetivo desenvolvimento econômico se nos libertarmos, de uma vez por todas, das peias do liberalismo clássico. Porque este faz do Estado uma ficção. Um instituto aleatório. E precisamos do Estado em todas as áreas eco-

(35) CELSO FURTADO — *Um projeto para o Brasil* — Editora Saga S.A. — Brasil, 1968.

nômicas. Logo, também na agrária. Essa compreensão política do problema é fundamental para a sua solução: "Além desses dois ângulos — técnico e econômico —, sob os quais se desenvolve, a agricultura apresenta outro, de caráter político, a exigir a contínua intervenção do Estado em suas múltiplas atividades, para evitar que estas, deixadas ao seu livre curso, ocasionem a confusão, o desajuste, a injustiça, o desperdício de energias, a exploração capitalista, a ruína das classes menos favorecidas, o pauperismo", observa Domingos Nascimento Terra (36).

O trabalhador rural brasileiro, apesar do Estatuto da Terra, continua um pária. Pobre, ignorante, doente, desassistido, explorado, incapaz. Produz pouco e mal. Nada tem de seu. Sua liberdade é um mito, consiste em votar nos dias de eleição, em quem seu patrão mandar, ou em quem lhe pagar mais pelo voto.

Em um meio onde isso sucede não existe, em verdade, democracia. Porque democracia é colaboração efetiva, responsável e consciente de todos no processo de formação e desenvolvimento da sociedade nacional. E, conseqüentemente, participação de todos, eqüitativamente, nos frutos que esse desenvolvimento produz. Para ser um agente da democracia é preciso, antes de tudo, que o homem seja dono de si mesmo. Seja livre da fome, das doenças, da ignorância e da prepotência dos "caciques" rurais.

Democracia não cai do céu. Nem é dádiva a ser esperada da generosidade dos que enfeixam em suas mãos o poder econômico. Democracia é coisa para ser conquistada. Por todos. Para todos. Todos são a nação. E a nação, politicamente, se expressa no Estado. Assim, não é apenas necessário, mas é, também, legítimo, é democrático, o Estado fazer-se presente em toda e qualquer área humana de atividade.

Os caminhos a palmilhar, na busca de uma organização agrária humana e justa, são os caminhos da política. Por isso cumpre notar que não poderemos, nessa tarefa, esquecer os partidos, aos quais está reservado um papel de grande responsabilidade. Sim, porque política se faz através deles. São os partidos que, vencendo, chegando ao poder, deste se servem para realizar o seu programa, este traduzindo, sempre, uma ideologia.

Tudo isso, repitamos, convence que a democracia há de ser tentada pelo Estado, este operando em função de uma ideologia.

O reconhecimento desse fato vale como uma advertência sobre a necessidade de retornarmos, em nossa pátria, ao pluralismo partidário, única maneira de se captar as aspirações de todas as correntes nacionais de opinião. Isso assente, convém, todavia, advertir que partido não é mero aglomerado de indivíduos. É uma entidade organizada. É uma ideologia em ação. Como ensina Jean Meynaud (37):

"Por partido entendemos, em primeiro lugar, um grupo social que age para debilitar e, se possível, conquistar o poder: é nisto que o partido

(36) DOMINGOS NASCIMENTO TERRA — "Princípios Fundamentais do Direito Agrário" — in *Revista de Direito Agrário* — Nº 5 — 1977.

(37) JEAN MEYNAUD — *As Atitudes Políticas* — trad. de Alcântara Figueiredo — Difusão Européia do Livro — São Paulo, 1960.

se afirma como político e é através disso que o partido desemboca necessariamente em certo sistema de atitudes políticas que se encadeiam e se ordenam historicamente a fim de formar uma linha de ação. Mas o partido é também "parte" de um conjunto, peça de um complexo de forças cuja ação recíproca faz a história da sociedade política; neste aspecto, é uma perspectiva particular sobre esta história, um ponto de vista sobre o futuro desta sociedade, um centro onde se elabora certa concepção do bem comum. Em outras palavras, o partido é o veículo de uma ideologia."

De tudo se deduz que a tônica da formação e do processo de desenvolvimento econômico do país há de ser dada pela Política, concebida esta como ciência do Estado, o que não exclui a cooperação dos técnicos.

A Política é a força motriz de toda reforma, inclusive da econômica, logo, da agrária.

Nossas estruturas rurais têm de ser completamente modificadas. As que aí estão, podres, são expressões do liberalismo, teoria política que já completou o seu ciclo histórico.

Ao Estado absenteísta, da concepção liberal clássica, há que substituir o Estado democrático moderno, intervencionista.

Ao Estado incumbirá, pois, a tarefa de restauração do mundo rural. Atuando como agente, que é, de construção nacional. A serviço de uma ideologia, de que o partido é o veículo.

Surge, dessarte, naturalmente, o trinômio: ideologia — Estado — reforma agrária.

A ideologia, no caso a democracia, informando o Estado. O Estado transformando essa ideologia em vivências políticas, sociais e econômicas.

Sabendo-se que até hoje não se descobriu uma ambiência existencial coletiva mais satisfatória que a democracia, porque nela melhor se responde aos desafios humanos, e admitindo-se que a democracia verdadeira, pelos valores que sustenta e que a marcam, está longe de ser um realidade no Brasil, especialmente na área rural, havemos de apelar para o Estado, porque só este, com os meios e os recursos que possui, poderá levar avante a grande obra que todos desejamos.

Para finalizar, evoquemos, por oportunas e compatíveis com a nossa tese, essas palavras do General João Batista de Figueiredo ⁽³⁸⁾:

"O Brasil deseja que o progresso da humanidade seja universal, para não ser iníquo. Não é mais possível admitirmos, neste final de século XX, a existência de ilhas de prosperidade, cercadas de miséria por todos os lados. A consciência mundial não pode continuar fingindo que não vê e não ouve o choro dos que sofrem e têm fome."

(38) General JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO — "Discurso aos Convencionais da ARENA".